



Agenda Brasil Sustentável: Eleições 2014

Nós, indivíduos e membros das organizações da sociedade civil abaixo assinados, entendemos que, para que o Brasil avance no caminho do desenvolvimento sustentável - com democracia e participação social -, governos, organizações da sociedade civil, empresas e cidadãos devem aderir a uma agenda de princípios e compromissos públicos. O propósito deste documento é o de organizar os elementos que consideramos vitais para este ideal.

O momento é o de busca por soluções nacionais e também globais. Temos a oportunidade, como país, de protagonizarmos essa agenda articulando nossas políticas públicas com aquelas que definirão os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

Em nível nacional, o processo eleitoral configura-se como um momento fundamental para discutir, aprofundar e avançar na concretização dessa agenda. Por isso, propomos aos(as) candidatos(as) que se comprometam a incluir em seus planos de governo propostas concretas para sete temas que consideramos estratégicos para o desenvolvimento sustentável: Respeito aos limites do planeta; Redução das desigualdades e Garantia de direitos; Integridade e Transparência; Economia para a Sustentabilidade; Reforma Política e Fortalecimento da Democracia; Valorização do Trabalho; e Gestão Pública.

Uma vez eleito(a), as propostas do(a) candidato(a) serão monitoradas pelas organizações da sociedade civil, por meio de uma plataforma digital acessível para todos os cidadãos e cidadãs. Os eleitos devem estabelecer um canal de diálogo aberto e transparente para prestação de contas junto à população sobre os compromissos assumidos.

Esta agenda foi construída de forma coletiva e colaborativa pelas organizações abaixo assinadas e está aberta ao debate e à participação de outras organizações da sociedade civil e lideranças interessadas pela iniciativa. Os sete temas que compõem a agenda estão apresentados com dados de contexto e elementos chave para seu avanço, segundo o entendimento deste coletivo, com grande expectativa pelo posicionamento objetivo e claro dos candidatos ao Executivo e ao Legislativo nas eleições de 2014.

A) Respeito aos limites do planeta

- Promoção de uma economia de baixo carbono;
- Desenvolvimento de uma estratégia nacional de redução de emissões:
 - Investimento na ampliação da matriz energética renovável;
 - Implementação da Política Nacional de Mudanças Climáticas;
- Conservação, uso sustentável e gestão compartilhada de recursos da sociobiodiversidade marinha e florestal e serviços ecossistêmicos;



- Uso e gestão sustentável dos recursos hídricos;
- Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

B) Redução das desigualdades e garantia de direitos

- Redução da desigualdade de renda;
- Reforma agrária;
- Ampliação e melhoria dos sistemas públicos de ensino;
- Ampliação da cobertura e melhoria no Sistema Único de Saúde (SUS);
- Garantia das soberanias alimentar e nutricional;
- Democratização da comunicação, com universalização do acesso à internet banda larga;
- Inclusão de pessoas com deficiência;
- Garantia do direito à mobilidade urbana e rural com prioridade para transporte público, pedestres e ciclistas, e estradas vicinais;
- Políticas públicas de fomento à cultura que democratizem a produção e o consumo;
- Políticas públicas de fomento ao esporte que democratizem sua prática;
- Promoção da segurança pública, com respeito aos direitos humanos;
- Promoção da equidade de gênero e raça;
- Combate ao racismo, ao sexismo, à homofobia e intolerância religiosa.

C) Integridade e Transparência

- Aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Integridade;
- Apoio à aprovação da lei do plano de metas (PEC 52/11);
- Implementação da lei anticorrupção empresarial;
- Implementação das ações propostas na I Consocial;
- Apoio à aprovação de uma lei de defesa de interesses;
- Elaboração do Plano Nacional de Transparência e Controle Social;
- Elaboração de planos de metas transparentes e mensuráveis para o mandato;
- Mais transparência aos recursos do Estado, em especial ao que se refere à composição e formação da dívida pública.

D) Economia para a sustentabilidade

- Políticas fiscal e tributária que incentivem atividades sustentáveis e desestimule as não sustentáveis;
- Marco regulatório de compras públicas sustentáveis;
- Incentivo à inovação científica e tecnológica na direção do desenvolvimento sustentável;
- Incentivo ao desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais;



- Instituição de um sistema tributário progressivo;
- Assegurar maiores investimentos públicos para promover a sustentabilidade, com fontes alternativas para financiamento.

E) Reforma Política e Fortalecimento da Democracia

- Reforma eleitoral que aborde:
 - Um novo modelo de financiamento de campanhas e de partidos políticos;
 - Barateamento das campanhas eleitorais;
 - Criação de mecanismos que garantam a diversidade no congresso (mulheres, negros, indígenas);
- Nova regulamentação de mecanismos de democracia direta e aperfeiçoamento da democracia participativa;
- Implementação de mecanismos de controle social e prestação de contas;
- Novo marco regulatório para as organizações da sociedade civil;
- Democratização dos partidos políticos, do sistema de Justiça, da informação e da comunicação.

F) Valorização do trabalho

- Implementação do Plano Nacional de Trabalho Decente;
- Ampliação de oportunidades de formação e qualificação profissional;
- Incentivo aos empreendimentos de economia solidária;
- Incentivo à agricultura familiar;
- Valorização do salário mínimo;
- Políticas de geração de empregos;
- Erradicação do trabalho escravo e infantil.

G) Gestão pública

- Prioridade à melhoria da qualidade dos serviços públicos e da ação governamental;
- Revisão do pacto federativo;
- Redução dos cargos de livre provimento e valorização das carreiras públicas;
- Promoção da qualidade do gasto público;
- Investimento na qualificação dos servidores públicos.

Estamos comprometidos, a partir desta data, a liderar um processo para:



- Reivindicar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) maior rigor no acompanhamento do processo eleitoral no que diz respeito à submissão de propostas programáticas ao debate com a população;
- Apresentar subsídios para os(as) candidatos(as) e partidos sobre cada um dos temas até o final de julho de 2014;
- Organizar eventos para a formalização da entrega pública da agenda detalhada aos candidatos(as) e partidos, bem como publicar em mídias virtuais o conteúdo desta Agenda, as propostas que forem apresentadas pelos candidatos, possibilitando um debate programático aberto e plural.
- Organizar uma plataforma interativa para o acompanhamento das propostas chamada “De olho nas promessas”, até o final de julho de 2014;

Por tudo isso, nós também nos comprometemos com o futuro sustentável do Brasil!



A) Respeito aos limites do planeta

O Brasil ocupa a 77ª posição entre 178 países no ranking apurado pelo [Environmental Performance Index](#), com base em 20 indicadores distribuídos por 9 categorias: saúde ambiental; qualidade do ar; recursos hídricos; biodiversidade e habitat; recursos naturais; florestas; energia e clima, agricultura e pesca.

Na análise por categoria, o País apresentou melhor desempenho no quesito qualidade do ar e pior performance na preservação de recursos florestais, o que o coloca como o 115º país que melhor cuida de suas florestas.¹

Na apuração do [Índice de Progresso Social](#), em um ranking de 132 países o Brasil apresenta resultados medianos nos indicadores relacionados a meio ambiente, exceto no quesito acesso a saneamento.

Olhando para estas e outras métricas de impacto socioambiental de políticas públicas, para acordos internacionais ratificados ou não pelo Governo Brasileiro e as últimas conferências das Nações Unidas sobre clima e ambiente urbano, os signatários da Agenda Brasil Sustentável identificaram alguns pontos que consideram fundamentais aos programas dos candidatos às eleições 2014.

Um primeiro aspecto diz respeito às políticas que serão propostas no sentido de uma **economia de baixo carbono**. O País tem ainda hoje uma boa condição de transitar para uma economia sustentável, de forma compatível com seu crescimento e com a preservação dos serviços ecossistêmicos básicos. Para isso, é fundamental uma visão de desenvolvimento de longo prazo que leve a um caminho que nos permita lidar com nossas vulnerabilidades, com os riscos impostos e com as oportunidades oferecidas pelas mudanças climáticas de forma estratégica.

O [SEEG – Sistema de Estimativa de Emissões de Gases Efeito Estufa](#) aponta que o Brasil passou de um total de 1,39 bilhão de toneladas de carbono equivalente em emissões brutas de gases do efeito estufa em 1990 para 1,49 bilhão t CO2e em 2012, um aumento de 7%. Embora este crescimento seja significativamente menor do que a média mundial (no mundo, no mesmo período, as emissões cresceram 37% e passaram de 38 para 52 bilhões t CO2e), o Brasil ainda está entre os maiores emissores mundiais de gases de efeito estufa.

O País é também muito vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas, como intensificação de eventos climáticos extremos. Segundo o [Anuário Brasileiro de Desastres Naturais 2012](#), somente

¹ <http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2014/galeria-os-dez-paises-mais-sustentaveis-do-mundo?tag=universidades#ixzz356pvQfrU>



naquele ano quase 17 milhões de brasileiros, em 3.781 municípios, foram afetados por desastres naturais. Deste total, quase 9 milhões foram atingidos por secas (principalmente no Semiárido brasileiro) e mais de 5 milhões por inundações (89% na região Norte do país).

Para fazer frente ao novo cenário climático, o País precisa rever com urgência sua política energética, fortemente centrada na geração hidrelétrica. Quando necessária, a construção de usinas hidrelétricas precisa incluir critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômico mais eficientes. E isso precisa ser reforçado nos processos de licenciamento ambiental dessas obras.

É preciso ainda **diversificar a matriz energética brasileira** com aumento da participação de energias renováveis alternativas (eólica, solar, biomassa e PCHs) de 33% até 2021. A microgeração de energia a partir de fontes renováveis alternativas precisa entrar para o campo da política energética. Como o maior consumo – e desperdício – de energia hoje concentra-se no setor industrial, é fundamental que o país defina um programa de eficiência energética e de incentivo para implantação de equipamentos mais eficientes nas indústrias e combater as perdas nos sistemas de transmissão.

Por isso, os signatários desta Agenda consideram crítico que os planos de governo incluam uma estratégia nacional de longo prazo de desenvolvimento baseado em **redução progressiva de emissões e em resiliência às mudanças climáticas**, com propostas e objetivos claros, metas, orçamento, indicadores, e sistemas de monitoramento e avaliação, que assegurem: a eliminação da perda líquida da área de cobertura florestal no Brasil e a redução sustentada das taxas de desmatamento em todos os biomas brasileiros, até que se atinja o desmatamento zero; o aumento progressivo de medidas de eficiência energética, na geração, transmissão, distribuição e consumo, incluindo o setor de transportes, e da participação de fontes renováveis na matriz de energia do País, com ênfase nas que geram baixos impactos, como a solar, termo-solar, eólica e os combustíveis renováveis; o aumento progressivo da participação do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) no montante total dos investimentos anuais dos Planos Agrícola e Pecuário (hoje, apenas 3,2% do total de investimentos federais na agricultura e pecuária são destinados ao Plano ABC); a definição de metas de redução de emissões de gases de efeito estufa para toda a economia Brasileira para o período pós-2020 – e que estas sejam ambiciosas, correspondentes à responsabilidade e capacidade do Brasil, e alinhadas ao princípio de equidade global, para assegurar a manutenção do aquecimento global abaixo dos 2 graus Celsius; um Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas que inclua ações voltadas para todas as nossas vulnerabilidades regionais, setoriais, rurais, urbanas e costeiras.

O Brasil possui a segunda maior extensão territorial coberta por florestas, mas nem por isso nossos recursos florestais são inesgotáveis. O País já perdeu cerca de 75% do que havia de



floresta na Mata Atlântica, cerca de 50% no Cerrado e em torno de 17% na Amazônia. E continua a perder florestas. Com elas, desaparece a biodiversidade que poderia gerar inúmeros recursos econômicos e torna vulnerável a sobrevivência de povos que vivem diretamente na floresta, como extrativistas, ribeirinhos, pequenos agricultores e povos indígenas.

O País comete um grave equívoco ao deixar sem proteção biomas como Cerrado, Caatinga e grande parcela de sua zona costeira e marítima. Sem contar que boa parte das áreas protegidas criadas por lei ficam só no papel. Sem recursos para implementar ações necessárias à manutenção das áreas, o País deixa vulnerável parte significativa do seu patrimônio natural.

Somente uma política robusta de valorização da floresta em pé poderá salvar as matas e os que vivem nela, gerando recursos e ajudando a manter a biodiversidade, os recursos hídricos e o clima. É preciso eliminar a exploração ilegal de madeira em todos os biomas e ampliar o reflorestamento e o manejo sustentável das florestas ao mesmo tempo que se amplie e fortaleça o sistema de áreas protegidas do País.

Por isso, a expectativa da Agenda é de **conservação, uso sustentável e gestão compartilhada de recursos da sociobiodiversidade marinha e florestal e serviços ecossistêmicos.**

Apesar de todo o potencial hídrico do Brasil, a água não tem sido tratada como um elemento estratégico para o futuro do País. A deficiência na gestão das águas expressa-se de maneira drástica na escassez e na contaminação dos mananciais. A falta de gestão integrada da água está provocando uma crise que se tornou mais do que evidente com a situação vivida em 2014 pela população de São Paulo, a maior cidade do País. A falta de ações de recuperação e conservação das águas está na origem do problema que, embora localizado, é um alerta para todo o Brasil. Em praticamente todos os municípios brasileiros, esgotos e agrotóxicos invadem os cursos d'água. O desperdício vai do usuário individual à indústria, passando pelo agronegócio – um dos setores que mais usam água no Brasil.

Ainda neste tema, há a realidade do semiárido brasileiro, uma área de 969.589,4 km² e que compreende 1.133 municípios de nove estados brasileiros, que há anos reclama por políticas públicas que promovam segurança hídrica em períodos de estiagem para os seus mais de 22 milhões de habitantes.²

Por isso, políticas de âmbito nacional que promovam o **uso e gestão sustentável dos recursos hídricos** devem ser seriamente enfocadas nesta Agenda.

A **implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)** é outra oportunidade importante para os próximos mandatos nos níveis Federal e estaduais. O Brasil destina menos de 60% de seus resíduos da forma recomendada pela PNRS e é ainda mais precária a situação

² http://www.asabrazil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=105



da política de coleta seletiva³, responsabilidade dos municípios, mas que pode ser incentivada pelos dois outros níveis de governo. A inclusão de catadores de material reciclável nos sistemas de gestão de resíduos é outra prioridade estabelecida pela Política Nacional e que requer importantes medidas dos governos estaduais e Federal. Assim, espera-se que no próximo período sejam implementados acordos setoriais com estabelecimento claro de responsabilidades pelos geradores de resíduos; a efetivação do SINIR- Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos; e o incentivo à conformação de consórcios intermunicipais.

B) Redução das desigualdades e garantia de direitos

As desigualdades são marcas estruturais do desenvolvimento brasileiro e comprometem o exercício pleno da cidadania de uma grande parcela da sociedade. Apesar do crescimento econômico e da tênue redução da desigualdade de renda verificados nos últimos 15 anos, o Brasil ainda está entre os 12 países mais desiguais do mundo, abrigando um contingente de 15,7 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza. A concentração da propriedade da terra no Brasil também está entre as piores do mundo (1% dos proprietários rurais detêm em torno de 46% de todas as terras), outro fator gerador de pobreza e conflitos nas zonas rurais e urbanas. Além disso, mesmo com o crescimento econômico e ampliação do alcance de algumas políticas sociais, persistem as desigualdades regionais/territoriais, de raça e de gênero, que se traduzem numa injusta distribuição de oportunidades e acesso aos recursos.

Os programas de distribuição de renda e valorização do salário mínimo, além do crescimento do emprego, são identificados como fatores que contribuíram para uma melhor distribuição da renda no período recente, ampliando a capacidade de consumo dos brasileiros. Ainda que positivas, porém, tais medidas não são suficientes para colocar a distribuição de renda em patamares aceitáveis, extinguir a pobreza e garantir a todos os/as brasileiros/as acesso aos seus direitos básicos. Para tanto, será preciso empreender políticas econômicas distributivas e realizar fortes investimentos em políticas sociais, com mecanismos voltados à correção das distorções relativas a gênero, raça e região/território.

Ao lado dos direitos constitucionais já amplamente reconhecidos, como saúde e educação, os movimentos sociais têm pautado novos direitos que emergem no curso do desenvolvimento, como o direito à comunicação e à mobilidade, evidenciando a interdependência e indissociabilidade dos direitos humanos, remetendo à necessidade de integrar políticas públicas em diversas áreas para promover um desenvolvimento humano justo e sustentável.

³ 7% dos municípios

http://ambientes.ambientebrasil.com.br/residuos/coleta_e_disposicao_do_lixo/cenario_da_coleta_seletiva_no_brasil.html



Nesse âmbito, portanto, abre-se um amplo leque de aspectos a serem tratados por meio de políticas públicas integradas, tendo como horizonte a universalização dos direitos e a promoção da justiça social.

Dentre os desafios a serem enfrentados, coloca-se em primeiro lugar a **redução das desigualdades de renda**, que pode ser alcançada com a implementação de um sistema tributário progressivo, que incida mais sobre a renda do que sobre a produção e o consumo; incentivo ao emprego e valorização do salário mínimo; e aperfeiçoamento de programas de distribuição de renda voltados ao combate à pobreza e à miséria. Correlata à desigualdade de renda, a desigual distribuição da propriedade também merece um tratamento específico, sendo necessário que os candidatos explicitem suas propostas relativas à **reforma agrária**.

Com relação à **saúde e à educação**, vale destacar a importância de dar prioridade absoluta aos sistemas públicos, ampliando a cobertura e melhorando substantivamente a qualidade. Planos nacionais, estaduais e municipais, elaborados com participação social, devem servir de referência, superando a descontinuidade administrativa rumo à construção de políticas de Estado em regime de colaboração federativa.

Outro direito fundamental a ser garantido por políticas públicas intersetoriais integradas é aquele que se refere à **soberania e segurança alimentar e nutricional**. Os movimentos sociais atuantes nesse campo vêm destacando a importância do incentivo à agricultura familiar e à agroecológica; da aproximação entre produção e consumo dos alimentos; da regulação da propaganda de alimentos e da realização de campanhas educativas sobre alimentação saudável.

No campo do direito à comunicação, destaca-se a **universalização do acesso à internet banda larga** e a **regulação democrática dos meios de comunicação**. No campo da cultura, a **democratização dos incentivos públicos à produção e consumo cultural**.

No campo da **mobilidade urbana e rural**, destaca-se a necessária elaboração de planos plurianuais com participação social, melhoria e barateamento dos transportes públicos, ampliação e melhoria de calçadas e ciclovias, além da conservação de estradas vicinais. Ainda que boa parte da competência pelo desenvolvimento desta política seja do âmbito municipal, há indiscutível repercussão de planos e linhas de financiamento dos níveis estaduais e federal.

Estreitamente relacionado ao problema da mobilidade é o da **moradia**, reivindicação histórica de movimentos sociais urbanos que cada vez mais avançam na cobrança da elaboração e execução participativa de planos que tornem realidade, de maneira ampla, o direito à cidade.

Em cada um desses campos de políticas devem ser considerados mecanismos que enfrentem a reprodução, em seu âmbito, das desigualdades de raça, gênero e região/território, assim como a necessária **inclusão de pessoas com deficiência**, considerando de forma adequada as características e necessidades específicas de cada um desses grupos.



Finalmente, espera-se que os governos promovam amplamente a **cultura de respeito aos direitos humanos e valorização da diversidade**, de combate ao racismo, ao sexismo, à homofobia e à intolerância religiosa. Espera-se que, principalmente, as políticas de segurança pública levem em conta esses princípios e que sejam implementados programas de combate à violência, em especial contra a juventude negra.

C) Integridade e Transparência

Tanto pelos custos financeiros, quanto pelos custos sociais, a corrupção é um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento do Brasil. Além de representar uma atitude eticamente condenável, a corrupção afeta a relação entre instituições públicas e privadas, abala a legitimidade de governos, afeta a composição dos investimentos públicos, causa distorções na concorrência privada e deteriora a qualidade de produtos e serviços, entre outros problemas.

Entendemos que a prevenção e o combate à corrupção passam pela criação de mecanismos que garantam a integridade das relações público-privadas e que aumentem a transparência dos governos.

Nesse sentido, há que se registrar os avanços no combate à corrupção conseguidos pelo País nos últimos anos: a implementação da lei de responsabilidade fiscal, a criação da Controladoria Geral da União, a aplicação da lei da Ficha Limpa, e as mais recentes leis de Acesso à Informação e Anticorrupção Empresarial. Mas ainda temos um longo caminho pela frente para atingir um nível aceitável de Integridade e Transparência. Um indicador é que, em 2013, o Brasil ocupava a 72ª posição, entre 180 países, no ranking do Índice de Percepção da Corrupção, elaborado pela Transparência Internacional.

Sendo assim, os signatários da Agenda Brasil Sustentável identificaram pontos fundamentais sobre esse tema, a fim de vê-los detalhados nos programas dos candidatos às eleições 2014.

Deve haver propostas que abordem **o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Integridade**. Entendemos tal sistema como o arranjo institucional mínimo necessário para prevenir a corrupção no Estado brasileiro. É composto por: transparência orçamentária, processos licitatórios limpos, órgãos de controle interno aos poderes, independência dos Tribunais de Contas, a força de oposição nos parlamentos, desempenho legal e prático das CPIs para investigar irregularidades, participação social nos conselhos de gestão e a liberdade de imprensa para realização do controle social.

O descompasso entre os planos de governos apresentados e a execução das ações durante o mandato é outra prática que mina a transparência dos governos. Por isso, **o apoio à aprovação da lei de metas (PEC 52/11)** é chave para reverter esse quadro, obrigando os poderes executivos a elaborar e cumprir metas de gestão com base em suas propostas da campanha eleitoral, bem como prestar contas à sociedade sobre o seu compromisso. Independentemente



da tramitação da PEC, os signatários dessa Agenda esperam que os candidatos já adotem essa prática e **elaborem planos de metas transparentes e mensuráveis para o mandato**.

No âmbito da relação público-privada, tão ou mais importante que a sua criação é a **implementação da lei anticorrupção empresarial**. Os candidatos devem apresentar propostas de mecanismos que garantam a devida aplicação da lei. Cumprido esse passo, na ótica da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para que o Brasil tenha um marco regulatório básico para a prevenção da corrupção, faltaria ao Brasil somente a **regulamentação de uma lei de defesa de interesses**. Portanto, essa Agenda visa comprometer os candidatos a apoiar a elaboração e a implementação de uma lei desse tipo, para que tal ação, ativo fundamental de qualquer democracia desenvolvida, seja feita de forma transparente e representativa.

Em 2012, foi realizada a 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, que resultou em 80 propostas e diretrizes elaboradas com a participação da sociedade civil, base para um **Plano Nacional de Transparência e Controle Social**, ainda não elaborado. Por isso, os signatários desta Agenda esperam ver explicitados nos planos de governo as bases desse plano e o compromisso de implementá-lo.

A transparência total dos recursos e investimentos do Estado é condição básica para a implementação dessa Agenda. Entretanto, gostaríamos de chamar a atenção para uma questão específica que ainda carece de transparência: **a composição e formação da dívida pública**. Os candidatos devem incluir propostas para essa questão em seus planos de governo, já que atualmente ela afeta diretamente a disponibilidade e a alocação de recursos públicos.

D) Economia para a sustentabilidade

Para que de fato o País avance de fato no caminho do desenvolvimento sustentável, é necessário que os recursos gerados pela economia sejam apropriadamente canalizados para essa direção. A interferência do Estado, neste sentido, é fundamental para que isso seja alcançado, seja pela ação direta, via investimentos públicos, ou pela ação indireta, via estímulos e incentivos.

Entretanto, o que se vê atualmente no País nos distancia desse caminho. Metade de carga tributária brasileira incide sobre o consumo, o que faz com que os mais pobres sejam os mais onerados. Por outro lado, os índices de tributação sobre heranças, doações e grandes fortunas no Brasil são dos mais baixos do mundo (3,86%, 3,23% e 0%, respectivamente), sendo que o último sequer foi regulamentado, apesar de previsto na Constituição de 1988. Essa distorção contribui diretamente para a manutenção da desigualdade social.



Sendo assim, os signatários da Agenda Brasil Sustentável demandam que os candidatos apresentem propostas para a **instituição de um sistema tributário progressivo**, que exerça de fato a sua capacidade redistributiva e que aplique o princípio de justiça fiscal.

Ainda sobre a questão tributária, os últimos governos têm tentado promover desonerações tributárias para estimular a economia, mas sem qualquer contrapartida relativa à manutenção de empregos ou à promoção de atividades sustentáveis. Pior ainda, vários benefícios foram oferecidos a atividades econômicas não sustentáveis. Além disso, tais pacotes são propostos e aplicados setorialmente e pontualmente, sem uma visão sistêmica ou uma política tributária que leve em consideração o bem do País como um todo. Por isso, são necessárias a discussão e a aplicação de uma **política fiscal e tributária que incentive atividades sustentáveis e desestímule as não sustentáveis**.

Além do mecanismo tributário, o governo deve incentivar atividades sustentáveis por outras formas, como subvenções, créditos e programas. Neste sentido, **o incentivo à inovação científica e tecnológica na direção do desenvolvimento sustentável** é fundamental para estimular e disseminar tais atividades. Os candidatos devem apresentar em seus programas de governo propostas para **aumentar os investimentos públicos de promoção da sustentabilidade**, diversificando as fontes de financiamento.

No Brasil, as compras públicas, realizadas pelos governos, representam de 16% a 20% do PIB nacional. Configuram-se como um mecanismo com enorme potencial para acelerar o caminho do desenvolvimento sustentável. Entretanto, atualmente, pouco se avançou na inclusão dessa agenda nos processos licitatórios e demais formas de contratação pública. Há várias propostas em debate no Congresso Nacional para incluir de forma clara e definitiva a sustentabilidade como critério de contratação pública. Portanto, cabem aos candidatos considera-las e incluir em seus programas de governo propostas para um **marco regulatório para compras públicas sustentáveis**.

E) Reforma Política e Fortalecimento da Democracia

O sistema político brasileiro está se esgotando e, portanto, colocando a nossa democracia em crise. Há uma enorme crise de representação hoje no Brasil, expressa de forma vigorosa nas ruas de muitas cidades.

Temos um sistema eleitoral pelo qual se elegem representantes que não espelham a atual realidade dos segmentos da sociedade brasileira. O atual sistema financiamento das campanhas – misto (público e privado) e com limites muito elásticos – distorce a formação dos quadros nos legislativos e impõe uma dinâmica que favorece a corrupção. As campanhas são muito caras e constroem um filtro nas candidaturas e partidos, nos quais ou é preciso ser das classes mais abonadas ou se vincular a instituições que forneçam e invistam grandes somas de dinheiro. Os



valores republicanos nesta lógica se perdem. Outra expressão da inadequação do sistema eleitoral vigente é a sub-representação de mulheres, negros e indígenas.

Neste contexto, os signatários desta agenda consideram fundamental reconhecer nos programas de governo e nas propostas dos candidatos ao Parlamento, o compromisso com a reforma do sistema eleitoral, que contenha, no mínimo, propostas para a **superação da inequidade na representação política de mulheres, negros e indígenas**, o **barateamento das campanhas eleitorais** e a reformulação do **modelo de financiamento de campanhas e de partidos políticos**.

Ao mesmo tempo, os mecanismos de democracia direta e participativa que são garantidos na Constituição Federal desde o Parágrafo Único do Artigo Primeiro estão bloqueados. A lei complementar de 1998 cria dificuldades para a população decidir os rumos nas grandes questões por meio dos mecanismos de democracia direta (plebiscito, referendo e iniciativa popular).

Ainda no tema da participação social nos processos de tomada de decisão em políticas públicas, há especial interesse dos signatários desta Agenda por conhecer as propostas dos diferentes partidos e coligações a respeito da **valorização e consideração dos conselhos** compostos por representantes da sociedade pela gestão pública e legislativo. Igualmente, da **efetivação dos instrumentos de democracia direta**.

Com a perspectiva de aprofundar esse caráter democrático, é importante também conhecer as propostas concretas para a promoção de maior **transparência e controle do poder judiciário e dos partidos políticos** traduzidas em metas relacionadas à legislação e a mecanismos criados para a gestão pública que favoreçam o acesso a informações produzidas no âmbito destas instituições.

No mesmo sentido, é aspiração dos signatários da Agenda Brasil Sustentável ver expressos nos futuros mandatos o compromisso com a implementação da **Lei de Acesso à Informação, do Marco Regulatório do Terceiro Setor, e do Plano Nacional de Participação Social**, ainda com o propósito de alcançar maior equilíbrio e efetividade democrática entre as dimensões representativa e participativa.

F) Valorização do trabalho

A ampliação de **direitos e garantias para trabalhadores e trabalhadoras** é um dos principais caminhos para a promoção de uma sociedade mais igual e socialmente justa. A melhoria das condições de trabalho e renda tem impacto direto nas condições de vida da classe trabalhadora, imensa maioria de nossa população.



Segundo relatório lançado em 2008 por três agências da ONU (CEPAL, OIT e PNUD), a experiência brasileira demonstra que somente o crescimento econômico não é suficiente para garantir a melhoria do bem-estar social. “A ênfase na geração de postos de trabalho pode contribuir de modo significativo para elevar o nível de desenvolvimento humano, sobretudo quando essa geração está associada às outras dimensões do trabalho decente: ausência do trabalho infantil ou forçado; nível adequado de remuneração, formalidade e acesso à proteção social; respeito aos direitos no trabalho, inclusive os relativos à livre organização sindical e à possibilidade de negociar coletivamente o contrato e as condições de trabalho; oportunidades iguais de acesso ao emprego e às ocupações de mais qualidade e mais bem remuneradas, independentemente do sexo, da cor, etnia ou outros atributos”, diz o relatório.⁴

O Brasil conseguiu resultados significativos na geração de emprego mesmo em meio aos impactos da crise mundial. Além de manter esta trajetória, é preciso aprofundá-la, colocando a geração de emprego e o aumento da renda de trabalhadores e trabalhadoras no centro do debate econômico.

Nesse sentido, é preciso tornar perene a **política de reajustes acima da inflação para o salário mínimo**. Essa ação é reconhecida como um dos principais vetores da diminuição da desigualdade ocorrida nos últimos anos, à frente inclusive das políticas de transferência de renda.

Mas é preciso ir além, **aumentando a oferta de qualificação e formação profissional**. Se é verdade que o Brasil elevou o nível de emprego, também é fato que uma parcela importante das vagas criadas é em empregos de baixa qualidade, especialmente no setor de comércio e serviços, com alta rotatividade e baixa remuneração.

A mudança desse perfil só acontecerá em um modelo de desenvolvimento que privilegie a inovação e o investimento em áreas de alta tecnologia. Essa mudança é indissociável de um investimento cada vez maior em políticas de educação e qualificação profissional, formando cidadãos capacitados para exercer funções mais valorizadas e elevando a renda média da população.

Todas estas medidas apontam na direção do conceito de **Trabalho Decente**, conforme concebido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT): um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna aos trabalhadores e trabalhadoras.

A adoção de medidas nesse sentido começou no Brasil em 2003 e se consolidou no **Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente**, elaborado por um grupo de ministérios e discutido num grupo de trabalho tripartite, envolvendo representantes de empregadores,

⁴<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=1980>



trabalhadores e governo, e divulgado em 2010. Além disso, o debate se aprofundou com a realização da Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente, em 2012. O compromisso de implementar políticas efetivas, formuladas e debatidas democraticamente com a sociedade civil, que avancem nos objetivos definidos nestes espaços democráticos de formulação, é fundamental.

Entre os objetivos da proposta da OIT, dois ganham destaque pela dimensão da tragédia humana que representam: **o trabalho escravo e infantil**. Elaborar políticas que levem à **total erradicação destas práticas** é preciso para construir um país mais justo e sustentável socialmente.

É preciso também ampliar o incentivo à **agricultura familiar**, responsável por sete de cada 10 empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola brasileira. O setor é o grande empregador do meio rural, ocupado por 74% dos trabalhadores do campo em 84% dos estabelecimentos agrícolas existentes. É também o grande responsável pela segurança alimentar do país, produzindo a maioria dos produtos consumidos no mercado interno como feijão, leite, mandioca, milho e outros. Mesmo assim, ocupa apenas 24% da área agrícola brasileira e recebe um apoio do Estado muito inferior ao dado ao agronegócio.⁵

Outro ramo econômico crescente e de grande importância e que precisa de políticas públicas específicas é a **economia solidária**. Milhares de pessoas estão articuladas em empreendimentos desse tipo, que apontam para construção de um novo modelo de desenvolvimento.

G) Gestão Pública

O olhar sobre a gestão pública brasileira exige hoje mais do que o refinamento de ideias. Demandas sociais cada vez mais criteriosas tornam imperativas mudanças capazes de responder aos conclames por **melhores condições sociais** e por uma **maior qualidade nos serviços públicos**. As frequentes manifestações, desde junho de 2013, demonstram essa nova disposição social e correspondem a instrumentos legítimos para exigir dos governos o que lhes foi confiado como parte do contrato social estabelecido entre sociedade e governo.

As ações governamentais aprimoraram-se ao longo dos últimos anos. A conjuntura de expansão dos direitos sociais, com a implementação de políticas voltadas para grandes parcelas da população antes excluídas e a ampliação da riqueza nacional, impulsionou uma nova agenda política para o País, a qual requer um realinhamento na forma como o Estado se organiza e utiliza os recursos provenientes da sociedade. A resposta mais direta ao desafio que surge pede o **aprimoramento da gestão pública**. Demanda, principalmente, a modernização das

⁵http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2512:catid=28&Itemid=23



estruturas de governo e também do Estado, acompanhando assim os avanços nas demandas e nas tecnologias para aproximação entre Estado e sociedade.

É fundamental uma compreensão social de que a melhoria da gestão não representa uma ideologia determinada, mas, sim, elemento condicionante para a entrega de melhores serviços públicos à população, com **uso racional, responsável e transparente dos recursos alocados pelos governos**. É a gestão que dará suporte às entregas de um Estado orientado pela garantia de maior qualidade de vida à população, dentro de parâmetros sustentáveis.

Por isso, a qualidade da gestão precisa figurar como prioridade no debate público nacional. O reconhecimento da necessidade de melhoria e de nivelamento das capacidades estatais em seus diferentes níveis, a discussão sobre o papel atribuído a cada ente da federação (União, Estados e Municípios), relacionando a isso a distribuição dos recursos, são apenas algumas das dimensões a serem consideradas. Mas é preciso dar lugar à ação e fazer da revisão do **pacto federativo** uma efetiva prioridade, proporcionando mais clareza às competências e aos meios de financiamento das ações governamentais, com a fixação de parâmetros claros que corresponsabilizem os entes federados pela qualidade dos serviços prestados prevendo, ainda, a promoção de arranjos institucionais mais colaborativos e flexíveis e de meios efetivos para o fortalecimento institucional dos governos, sobretudo na esfera municipal.

Neste sentido, promover mudanças no campo do direito administrativo ou nas estruturas burocráticas é somente parte do cardápio de melhorias a serem pensadas para a gestão pública no Brasil. A forma como o Estado se organiza e utiliza seus recursos, os espaços de relação entre o governo e o cidadão, os critérios utilizados para avaliar as ações governamentais e também a efetividade destas pelo olhar do cidadão são ainda possibilidades para alavancar a qualidade da atuação do Estado. Coloca-se claro, por outro lado, que esforços voluntaristas ou isolados para promover as mudanças necessárias não serão efetivos. Há que se considerar a complexidade política e os paradigmas culturais e ideológicos existentes. Logo, é preciso pensar transformações de forma conjunta, envolvendo também a sociedade. A melhoria dos serviços públicos é uma conquista social.

Portanto, os signatários deste documento esperam encontrar na agenda dos candidatos propostas relacionadas **à melhoria da qualidade dos serviços públicos e da ação governamental**, por meio de processos mais eficientes para a construção e implementação de políticas, de forma a considerar especificidades regionais, a fixação de metas, a avaliação de resultados e a adoção de instrumentos que garantam a coordenação e corresponsabilização vertical e horizontal na regulação, execução, controle e acompanhamento das políticas.

Ainda com o propósito de qualificar a máquina pública, é considerado relevante **reduzir os cargos de livre provimento e valorizar as carreiras públicas**, adotando critérios transparentes e predefinidos para o preenchimento de cargos de livre provimento e



promovendo mecanismos mais adequados de recrutamento, alocação, promoção e progressão dos quadros públicos.

Sublinhando os aspectos da integridade e da participação social nos processos de tomada de decisão de interesse público, já abordados neste documento, é importante reconhecer ainda na etapa da campanha a disposição dos candidatos para a adoção de indicadores de acompanhamento, análise e avaliação preliminar da **efetividade dos gastos públicos** e utilização de parâmetros para gestão de custos, valorizando a transparência, o desempenho e a eficiência.
